

ACTA N.º 12

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 26 de Abril de 2007.

Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença de todos os seus membros: Vera Lúcia Santos Noronha, José Miguel Neves Teixeira de Carvalho, Pedro Miguel S. Brás Gaspar, Vitória Maria de Faria Brito, Paulo Francisco M. Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, João Manuel de Jesus Brito, Joaquim Augusto Palhoto Pais de Azevedo, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão Tendeiro, Inês da Nóbrega Aguiar, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Maria de Fátima Pedro Carvalho G. Rodrigues, Maria América Alcobio Cravo e José João Marques Pais.

A Presidente da mesa deu início à sessão, passando de imediato à discussão e votação da Acta nº10, da sessão de 23 de Fevereiro de 2007.

Intervenção da membro Anabela Costa, sugerindo que na pag.7/15 – 1º parágrafo constasse que ela tinha proposto à Senhora Presidente que fosse trazida para as sessões a pasta da correspondência recebida, de modo a que se pudesse consultar e tirar cópias de alguma correspondência.

A Senhora Presidente da mesa informou mais uma vez que tinha ficado combinado que todas as sugestões de alteração deveriam ser apresentadas antecipadamente.

A Senhora Presidente leu então a frase com a alteração sugerida pela membro Anabela Costa, que passou a ter a seguinte leitura: Sugeriu então, que nas próximas sessões passasse a fazer parte da documentação, pasta da correspondência entrada.

O membro Paulo Espírito perguntou se o que a membro Anabela Costa propunha era que a pasta da correspondência entrada passasse a fazer parte da correspondência presente na mesa.

A Senhora Presidente da mesa disse que de facto ficava mais claro, da seguinte forma: Sugeriu então, que nas próximas sessões passasse a fazer parte da documentação da mesa, pasta da correspondência entrada.

Passou-se à votação da acta, que foi aprovada por maioria com 15 votos a favor e uma abstenção.

O membro João de Brito apresentou declaração de voto, informando que se absteve pelo facto de não ter estado presente na sessão de 23 de Fevereiro de 2007.

A Senhora Presidente da mesa apresentou uma declaração de voto.
(Anexa)

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da mesa deu conhecimento aos membros da Assembleia Municipal de uma reunião, do Conselho Municipal de Segurança, que ocorreu no passado dia 12 de Abril, cujo ponto único era a segurança pública na área do Município, que teve a presença de um agricultor em representação dos agricultores de Alpiarça, uma vez que se têm verificado furtos, nomeadamente em pivots, referindo que o Senhor Presidente da Câmara informou que a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo já tomou posição, enviando um ofício ao Ministério da Administração Interna.

Este agricultor transmitiu o valor aproximado dos furtos ocorridos no campo e que tem a ver com a segurança no Mundo Rural. O agricultor solicitou a colaboração dentro do possível e disse-nos que apesar da GNR ter falta de meios, tanto a GNR como a Polícia Judiciária estão já a investigar esta situação.

A membro Leonor Tendeiro apresentou uma saudação pelo quinquagésimo aniversário do Tratado de Roma. (Anexa moção nº1)

Intervenção do membro João de Brito, falando sobre os eventos realizados em Alpiarça, fazendo um louvor pela excelente obra da Biblioteca Municipal, pois aquela obra deve ser um orgulho não só para o executivo camarário mas também para toda a população de Alpiarça. Referiu ainda que gostou de ouvir os discursos proferidos pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Senhora Ministra da Cultura, concordou que o Dr. Hermínio Duarte Paciência foi um Alpiarcense extraordinário e que muito contribuiu para o enriquecimento da nossa terra.

Falou também da Assembleia do Futuro, dizendo que infelizmente foi evocado no discurso da bancada do Partido Socialista, que os discursos das bancadas da oposição teriam sido enfadonhos. Não concordou com esta afirmação e explicou que foi convidado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal para falar durante cinco minutos, como a Revolução dos Cravos nos trouxe a possibilidade de expor o que entendemos na altura certa e no local certo e, foi isso que aconteceu. Referindo-se aos possíveis sinónimos para a palavra enfadonho, disse que não lhe pareceu ter melindrado nem causado prejuízo a ninguém com o discurso que proferiu.

Perguntou ainda porque é que a deputada, Dr^a Sónia Sanfona não costuma estar presente nos eventos, será porque não é convidada ou porque não quer estar presente.

Intervenção do membro Fernando Ramalho que apresentou um agradecimento. (Anexo)

Intervenção da membro Vitória Brito que apresentou duas moções, uma sobre o 25 de Abril e outra sobre o 1º de Maio. (moção nº 2 e nº 3, anexas)

Intervenção do membro Celestino Brasileiro, chamando à atenção para o facto de haver uma deformação no alcatrão na rua Luís de Camões, no Frade de Cima, que oferece perigo para os condutores.

Pedi também para que não caísse no esquecimento a deliberação tomada na última sessão da Assembleia, referente à construção de um polivalente e parque infantil no Casalinho.

Referiu-se ainda aos maus cheiros, vindos dos efluentes da Zona Industrial. À saída da Zona Industrial, na E.N.118, existe uma lagoa com os efluentes, que chega a invadir até terrenos privados. Estes efluentes vão possivelmente parar à vala de Alpiarça, com tratamento bastante deficiente.

O membro Celestino Brasileiro referiu-se a uma contra-ordenação aplicada à empresa Renoldy, realçou dois aspectos da defesa que a empresa apresentou e perguntou quais as insuficiências inesperadas que a Renoldy encontrou e quais as garantias que a Autarquia tinha dado, que pelos vistos não cumpriu.

Intervenção da membro Inês Aguiar que perguntou porque razão foi feito o abate a todos os eucaliptos na zona da Reserva do Cavalo do Sorraia. Perguntou qual era o ponto de situação do quartel da GNR, se está previsto

encerrar ou não. E em relação à obra do Centro Cívico, perguntou como é que estava a situação do adicional de erros e omissões e trabalhos a mais, uma vez que foi recusado o visto do tribunal de contas, queria saber como se encontra esta situação. Se ainda estão por pagar, qual é a situação que vão adoptar, se já pagaram, qual foi o procedimento adoptado.

Referiu-se também à sessão solene comemorativa do 25 de Abril, pensa que se está a sobrepor a Assembleia do Futuro ao que simboliza esta sessão solene, como tal propôs que de futuro se deveria manter a sessão solene no dia 24 de Abril à noite como sendo uma Assembleia Municipal Extraordinária para os eleitos poderem fazer as suas considerações acerca da data que se comemora. Passando a Assembleia do Futuro para o dia 25 de Abril à tarde e assim não se sobrepõe ao espírito da sessão solene. (sugestão anexa)

Intervenção do membro João Osório, que apresentou uma proposta e colocou três questões. Perguntou sobre o requerimento/ofício apresentado pela bancada da CDU em relação à sessão de 26 de Setembro de 2006, pois até hoje não recebemos resposta nenhuma.

Referiu que na última sessão da Assembleia Municipal perguntou qual o custo da iluminação do Estádio Municipal, pretendia saber se neste momento já lhe podiam dar essa informação.

Perguntou também quais os prédios que fazem parte do Legado Manuel Nunes Ferreira, quem é o administrador, e se o mesmo é avançado.

O membro João Osório apresentou uma proposta sobre a revisão do PDM de Alpiarça. (Anexa)

Colocou também uma questão sobre as intervenções no dia de inauguração da Biblioteca, concretamente sobre a referência que o Senhor Presidente da Câmara fez, na sua intervenção, sobre o terreno onde se encontra a Biblioteca, pois não ficou claro se o terreno tinha sido doado pela Fundação José Relvas ou se continua a pertencer à referida Instituição.

Intervenção da membro Anabela Costa perguntando, de novo, pelos custos da Alpiagra que solicitou na sessão da Assembleia Municipal de 26 de Setembro de 2006, e que até à data nada lhe chegou.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho que começou por falar da sessão comemorativa do 25 de Abril, pois pensa que é importante que estas

sessões se continuem a fazer da mesma forma e que não sejam substituídas pela Assembleia do Futuro, que tem uma abrangência diferente.

Colocou também uma questão sobre funcionamento interno da Assembleia, e sugeriu que tal como a documentação relativa a cada sessão segue para todos os membros, também qualquer outro tipo de informação (convites, etc), deve seguir para todos os membros e não só para os líderes de bancada.

Intervenção da membro Vitória Brito, referindo que na última sessão da Assembleia, o membro João Osório tinha perguntado sobre a situação da urbanização dos sobreiros e também sobre a situação do prédio em construção na estrada que liga o Casalinho ao Frade de Cima. O Senhor Vereador Ferreirinha respondeu, relativamente à urbanização dos sobreiros, que tinha de ver qual a evolução jurídica do processo. Em relação à construção na estrada que liga o Casalinho ao Frade de Cima, o Senhor Vereador respondeu que se trata de um centro equestre e que está tudo legalizado, no entanto ficou de verificar melhor a situação. A membro Vitória Brito perguntou, como estavam estas situações.

Intervenção do membro Joaquim Pais de Azevedo que apresentou um voto de congratulação pela inauguração da Biblioteca Municipal de Alpiarça, Dr. Hermínio Duarte Paciência.

A Presidente da mesa esclareceu que se estão em falta algumas respostas a questões colocadas pelos membros, nas sessões da Assembleia Municipal, se deve ao facto de as mesmas não lhe terem ainda chegado da parte do executivo camarário.

Relativamente à sessão da Assembleia do Futuro, de facto os líderes de bancada foram convidados para proferir uma intervenção de cinco minutos e, na opinião da mesa da Assembleia este é o figurino que deverá ser adoptado, sendo que o teor de cada intervenção fica, logicamente, ao critério de cada um.

A Presidente da mesa passou a palavra ao executivo para responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o membro João de Brito informando que os deputados eleitos pelo círculo de Santarém foram todos convidados.

Relativamente à questão colocada pelo membro Celestino Brasileiro, sobre o buraco no asfalto na Rua Luís de Camões, no Frade de Cima passou para o Vereador Ferreirinha. Em relação aos efluentes da Zona Industrial, referiu que o Vereador Ferreirinha poderia complementar mas informou que a situação está em vias de ser resolvida definitivamente. Sobre a contra-ordenação aplicada à Renoldy esclareceu que a fábrica estava a lançar no colector efluentes sem pré tratamento, e face ao contrato que existe com a Câmara, a empresa tem que fazer pré tratamento dos efluentes.

Relativamente às questões colocadas pela membro Inês Aguiar esclareceu que o corte dos eucaliptos resulta de uma operação normal, quando chega a altura do corte, os eucaliptos são colocados a concurso público para efectuar o seu corte. Explicou também que se cortaram alguns eucaliptos, já com muitos anos, junto ao picadeiro pois, segundo opinião técnica, existia o perigo de caírem sobre a vedação do mesmo. Informou no entanto que se trata de uma zona a reflorestar. Quanto ao Quartel da GNR, informou que se trata de uma decisão do Ministério da Administração Interna e que não há nenhuma informação oficial credível. Relativamente ao adicional do centro cívico informou que se aguarda uma posição jurídica por parte da CCDRLVT.

O Senhor Presidente da Câmara respondendo às questões colocadas pelo membro João Osório, disse que não se lembrava se a questão tinha sido colocada por escrito na sessão da Assembleia, mas que poderá obter a resposta que pretende. Sobre o Legado Manuel Nunes Ferreira informou que o mesmo é constituído por três prédios, um sito na Av. de Berna, outro na Amadora e o outro em Campo de Ourique e que o seu administrador é o Senhor Dr. Fernando Ramalho, que como é lógico recebe como administrador. Relativamente ao terreno da Biblioteca é propriedade da Fundação José Relvas com direito de superfície para a Câmara Municipal de Alpiarça.

Em resposta à membro Vitória informou que em relação à Urbanização dos Sobreiros, já existe uma posição jurídica, que será levada a reunião de Câmara no dia 27 de Abril de 2007.

Sobre o edifício em construção na estrada que liga o Casalinho ao Frade de Cima, passou a palavra ao Vereador Ferreirinha.

A Presidente da mesa deu então a palavra ao Vereador Ferreirinha que em relação à rua Luís de Camões, informou que se vai proceder a uma

intervenção com algum significado no Frade de Cima, no entanto esta situação irá ser resolvida rapidamente.

Sobre a Lagoa, na Zona Industrial informou que o processo já está adjudicado, faltam executar cerca de 570 metros de rede, cuja solução carecia de aprovação da CCDRLVT, que no momento já existe, e também da autorização de dois proprietários (Lagoalva e João Ferreira de Andrade) que já autorizaram. Explicou que o emissário tem 2,5Km e falta executar cerca de 0,5Km, que também já está adjudicado.

Sobre o Centro Cívico explicou que não está liquidado e que enquanto não houver parecer final da CCDRLVT não podemos evoluir para pagamento.

Relativamente ao custo da iluminação do Estádio Municipal informou que esse assunto foi a reunião de Câmara e os vereadores têm essa informação, no entanto poderá fazer chegar.

Sobre a Revisão do PDM disse que compete à Assembleia Municipal fiscalizar os trabalhos e que existe uma comissão mista constituída por despacho do Senhor Secretário de Estado, embora os membros da Assembleia Municipal não possam fazer parte da comissão mista, não lhe parece haver inconveniente em que acompanhem o processo.

Sobre a construção de grandes dimensões, na estrada que liga o Casalinho ao Frade de cima, explicou que se trata de um Campo de Equitação e Toureio, ligado portanto a actividades taurinas e que está devidamente licenciado.

A Presidente da mesa deu a palavra à Senhora Vereadora Vanda Nunes que sobre as contas da Alpiagra apresentou um pedido de desculpas pelo facto de ainda não ter facultado o dossier com as contas da Alpiagra, explicou que existem também outros assuntos por responder, mas que ainda não teve oportunidade para o fazer.

Intervenção da membro Inês Aguiar que perguntou se era possível cederem-lhe a informação técnica que esteve na base do abate dos eucaliptos, na Reserva do Caval do Sorraia.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não se tratou de um abate mas sim de corte de eucaliptos, e que a informação técnica sobre esse corte foi verbal, dada por um Engenheiro Silvicultor que trabalhou muitos anos nesta área.

O membro Joaquim Pais de Azevedo informou que o termo abate está mal empregue, trata-se de um corte, pois sendo o eucalipto uma espécie de crescimento rápido fazem-se cortes de rolamentos, nomeadamente para fabrico de pasta de papel. A partir de uma certa idade do eucalipto a massa da madeira já não permite uma pasta de qualidade, logo é conveniente cortar os eucaliptos, fazem-se rolamentos entre 12 a 14 anos e a produção seguinte é maior do que a anterior, além de se correr o risco de as árvores poderem cair, não devem existir árvores grandes junto a edificações.

A membro Inês Aguiar referiu que por exemplo a zona do lado esquerdo, quando se entra, não tem nenhuma edificação, no entanto gostaria de saber quem foi a pessoa que deu a informação técnica.

O membro José Miguel Carvalho lamentou também que se tenha feito aquele corte extensivo de eucaliptos na Reserva, pois não se tratava de uma mata de eucaliptos mas sim de algumas árvores que naquela zona permitiam alguma sombra, achou que decerto pois uma decisão pouco planeada, pois os eucaliptos isoladamente não têm problema nenhum, dão bom cheiro e sombra, porque ate crescerem as próximas árvores vai demorar algum tempo.

A Presidente da mesa passou à votação da moção nº1, a saudação pelo quinquagésimo aniversário do Tratado de Roma, foi aprovada por maioria com 8 votos a favor, 4 votos contra e 4 abstenções.

A Senhora Presidente da mesa colocou de seguida à votação a moção nº 2, sobre o 25 de Abril. Foi aprovada por maioria com 13 votos a favor e 3 abstenções.

A Moção nº 3, relativa ao 1º de Maio foi aprovada por maioria com 8 votos a favor e 8 abstenções. O membro Paulo Espírito Santo apresentou declaração de voto dizendo que se absteve pois não concordou em pleno com a forma como o texto está redigido.

A Senhora Presidente da mesa colocou à discussão e votação o agradecimento relativo à Assembleia do Futuro.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo dizendo que a Assembleia Municipal conseguiu encontrar novas formas de sensibilizar e trazer as pessoas para uma comemoração importante, que é o 25 de Abril. Esta é uma forma de enaltecer o 25 de Abril e explicar às crianças o que foi realmente o 25 de Abril de 1974.

Intervenção do membro João de Brito dizendo que a bancada do PSD concorda com a Assembleia do Futuro, só lamentou que se façam determinadas afirmações, como sendo, Criticar as actuações das outras bancadas, disse: “O 25 de Abril não é só dos miúdos é de todos nós, porque o 25 de Abril foi feito pelos capitães de Abril não foi só para miúdos , foi feito por gente graúda que sentia dificuldades que decidiram e fizeram o 25 de Abril. Dizer que o 25 de Abril é dos miúdos e que é enfadonho aquilo que os outros dizem é pura demagogia, é pura caça ao voto, é tentar levar para um só lado as mães dos miúdos que se sentem emocionadas com a importância que se dá ao evento e com isto a angariação de votos, pois embora estejamos longe de eleições, vai-se semeando para se colher pouco a pouco.” Sobre este assunto perguntou à Senhora Presidente da mesa se também achou enfadonho as intervenções das bancadas da oposição.

Outra questão levantada pelo membro João de Brito foi o facto de considerar que a bancada do PS tinha criticado o Senhor Presidente da República, pois também ele evocou no seu discurso do 25 de Abril a participação das crianças nas referidas comemorações. Pois não lhe parece que o Senhor Presidente da república tenha enviado espiões a Alpiarça para observar as nossas comemorações e depois tenha copiado o método, e assim evocado a presença das crianças nas comemorações do 25 de Abril.

Intervenção da membro Vitória de Brito que, salientou uma frase proferida pelo membro Paulo Espírito Santo que disse que a Assembleia do Futuro servia para explicar às crianças quem são estes e aqueles senhores, lamentando que no ano passado o referido membro se tenha manifestado tão exaltadamente sobre a intervenção feita pela bancada da CDU. Este ano foi o próprio Presidente da Câmara que dirigindo-se aos meninos disse que só eles tinham respeito por aquela Assembleia, o que quer dizer que nem o PSD, nem a CDU respeitaram as pessoas que estavam na Assembleia, nem as próprias crianças. Disse ainda que espera que as crianças que estiveram presentes na referida sessão aprendam a distinguir quem são estes e aqueles senhores, quem são as pessoas que intervieram e explicaram também o que foi o 25 de Abril e quem são os senhores que faltam ao respeito a eles, aos pais, aos avós e a todas as pessoas que foram mal tratadas com aquele discurso tão pequenino.

Intervenção do membro Pedro Gaspar explicando que o termo enfadonho teria significado para aquelas crianças, que estavam ali sentadas desde as 21:30h e não obviamente para os adultos lá presentes, que são políticos. A bancada do PS entendeu que a Assembleia do Futuro seria dedicada aos jovens e curiosamente o Senhor Presidente da República, no discurso comemorativo do 25 de Abril também referiu que deveríamos mudar a estrutura de IMO, pois existe cada vez mais uma clivagem entre a classe civil e a classe política e que essa clivagem é tão mais grave que afasta cada vez mais os eleitores das mesas de voto, a abstenção é cada vez maior. De facto as pessoas têm dificuldade em identificarem-se com a classe política, porque o que para os políticos é estimulante, para muitos cidadãos que foram assistir à sessão da Assembleia do Futuro, provavelmente é enfadonho ouvir o PSD falar de desemprego, quando esteve há dois anos no governo e ouvir a CDU falar que Alpiarça tem que voltar a ser uma terra melhor, fazendo pura campanha política num dia comemorativo, também me parece enfadonho, para o local onde estávamos, esses assuntos são para discutir em sessões normais da Assembleia Municipal. O membro Pedro Gaspar referiu que devemos dar protagonismo aos jovens, pois se deixarmos de fazer a Assembleia do Futuro, estamos a tirar protagonismo aos jovens, que daqui por uns anos, quando tiverem idade de votar e de participar por exemplo em sessões da Assembleia Municipal, terão dificuldade em compreender, que em determinada altura, deixámos de fazer a sessão comemorativa do 25 de Abril com eles, aproximando assim a sociedade civil da sociedade política, porque queríamos nós (políticos) ter protagonismo.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo, que informou que no ano passado aquando da reunião entre a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e os Líderes das três bancadas com representação na Assembleia, a proposta da bancada do PS foi no sentido de não haverem discursos de nenhuma força política. Os outros partidos quiseram fazer os seus discursos mas, isso não lhes dá o direito de censurarem os elementos da bancada do PS por não quererem intervir. Pois já o ano passado os membros da bancada do PS, acharam que aquela data, naquela forma e naquele modelo era então o novo modelo que o Senhor Presidente da República nos apresentou este ano. Explicou ainda que os partidos políticos tem um ano inteiro para fazer

intervenções e comunicados, enquanto que as crianças não podem fazer um comunicado ou infomail, por isso naquela data o protagonismo deverá ser-lhes dado a eles, para que se sintam integrados no 25 de Abril porque o 25 de Abril não pertence a ninguém, só havia uma força que poderia dizer o 25 de Abril é nosso, era o MFA, mas esses dignamente entregara-no aos partidos políticos para que se fizesse democracia.

A Presidente da mesa lembrou que ainda existiam quatro inscrições na mesa sobre este assunto e que estavam com 01:15 h de período antes da ordem do dia, pediu que as intervenções passassem a ser mais breves.

Intervenção do membro Fernando Ramalho para prestar um esclarecimento ao membro João de Brito, quando referiu que eu tinha feito uma crítica ao Senhor Presidente da República: “Não foi esse o objectivo, antes pelo contrário, foi de vir ao encontro da manifestação prestada pelo Senhor Presidente da República na recente comemoração do 25 de Abril, que teve lugar na Assembleia da República, mas já agora queria confirmar se de facto se pode depreender do que disse, alguma interpretação que fosse menos respeitosa para com o Senhor Presidente da República que deve merecer a todos os Portugueses o maior respeito, o que se diz é o seguinte o Concelho de Alpiarça não precisou do réplico lançado pelo Senhor Presidente da República para, de forma imaginativa e pedagógica, encetar um novo tipo de Comemorações de Abril de 1974, penso que de forma alguma se poderá, seja que de forma for, retirar alguma interpretação pela qual se veja ali alguma palavra de crítica à preocupação do Senhor Presidente da República”.

A Senhora Presidente da mesa deu a palavra à membro Anabela Costa.

A membro Anabela Costa interveio sobre o assunto e disse o seguinte “Fazer este tipo de iniciativas com os jovens é muito giro e não é novidade, faz-se em muitos sítios, já se tinha feito em Alpiarça, a própria Assembleia da República faz, é pedagógica como refere o documento, passa a informação aos jovens e de alguma maneira passa aos jovens a imagem do 25 de Abril, eu tenho consciência disto. Agora, também tenho a plena consciência de uma coisa, que uma iniciativa deste género e, não estou contra a fazer este tipo de iniciativas, mas perdem as duas: perde a Assembleia Solene do 25 de Abril e perde a iniciativa com as crianças e, foi visto nesta Assembleia última, que

realmente não joga. Já o ano passado talvez corresse um pouco melhor mas não joga, até porque havia os discursos dos adultos, acabava por os discursos dos adultos serem limitados , porque estão crianças presentes e perdem as duas situações. Acho que este tipo de iniciativas deviam estar presentes noutra ocasião, no 25 de Abril, com outras crianças mais crescidas, com trabalhos interessantes a fazer. Neste molde, como está criado , juntar dois em um, no meu ponto de vista perde e muito, perde para as duas partes e, está visto que está dividido em duas posições, porque queremos estar presentes nessa Assembleia , mas estarmos à vontade para falar cada um de nós, sobre o 25 de Abril como o sentimos, respeitando as ideias da data em questão, fica limitado, se é esse objectivo, não sei, eu espero que não , mas que fica limitado fica”.

O membro João de Brito interveio , dizendo que o membro Paulo Espírito Santo , mais uma vez tem mau perder, porque esteve na votação e na reunião com a Senhora Presidente da Assembleia e perdeu. “As outras formações votaram num sentido e ele votou noutro, portanto democraticamente ele perdeu, ele que evoca a Democracia e depois critica a Democracia, não a aceita, não compreendo, a Senhora Presidente aceitou e, como tal, convidou-nos a nós para fazer parte, eu não critico o Partido Socialista de não falar ou falar pouco, não é de criticar ou roubar a Democracia para que os outros falem , agora eu ser criticado por falar, eu que não ofendi ninguém, fui correcto, respeitei toda a gente, inclusive os miúdos, eu PSD, não aceito ser criticado por ter falado, como aceito que os outros não o queiram fazer”.

No que diz respeito ao desemprego, foi evocado pelo membro Pedro Gaspar: “É preciso ter lata, porque o PSD já esteve no Governo, havia desemprego, mas agora existe muito mais.

O membro Paulo Espírito Santo interveio dizendo que “utilizando o direito de resposta , não vou dar resposta”.

A Presidente da mesa, antes de colocar à votação este agradecimento, disse que “Tal como o membro João de Brito referiu, eu já tinha feito também referência anteriormente, o figurino que nós temos neste momento foi acordado numa reunião de líderes de Bancada e portanto é bom que as pessoas pensem que o ano passado tiveram uma opinião e agora já tem outra, quero que isto fique aqui registado. Até parece que, de acordo com as intervenções da

bancada da CDU , não está de acordo com este molde, mas este molde foi aceite pela bancada da CDU, como há pouco o membro João de Brito acabou de referir”.

A Presidente da mesa colocou à votação, foi aprovado com 9 votos a favor e 7 abstenções.

O membro Celestino Brasileiro apresentou declaração de voto, dizendo que votou a favor. “Porque houve de facto um conjunto de pessoas e organismos que se empenharam e muito, para colocar de pé a Assembleia do Futuro. No entanto, também não queria de deixar de referir que me parece que este figurino não é obrigatório que continue eternamente desta forma, pode naturalmente ser melhorado. Na minha opinião haverá espaço para as duas coisas, que considero bastante importantes, uma - a Sessão Solene da Assembleia Municipal comemorativa de uma data que nos é tão querida a todos e, há também espaço para uma Assembleia do Futuro para as crianças onde sejam elas unicamente as “protagonistas” , poderia ser melhorado ficaríamos todos a ganhar”.

A Presidente da Mesa passou à discussão da Proposta Nº 1 – Alteração da Assembleia do Futuro (Anexa).

A membro Inês Aguiar interveio dizendo que “Não é uma proposta , mas sim uma sugestão” .

A Presidente da Mesa disse que “o que foi decidido foi que as propostas eram votadas, uma vez que é uma sugestão não vai ser votada”.

A Presidente da Mesa disse que a Proposta Nº 2 da revisão do PDM, passava a ser a Proposta Nº 1

A Proposta Nº 1 (anexa), propõe a CDU que seja constituída uma comissão no âmbito da Assembleia Municipal, com um membro da cada força política aqui representada, para acompanhar os trabalhos da revisão do PDM.

O membro Paulo Espírito Santo interveio dizendo que: “não vê inconveniente que se crie uma comissão dessa ordem mas, por outro lado, o PDM é sujeito à aprovação. As alterações ao PDM são votadas em sede do Executivo e posteriormente sancionadas em sede da Assembleia Municipal, sendo assim, o que teríamos a fazer era pedir, segundo sugestão do Vereador Ferreirinha e, requerer que o Executivo fosse, à medida que os

desenvolvimentos acontecessem em relação ao PDM - evolução da alteração ao PDM , dando conhecimento à Assembleia dessa evolução”. Referiu ainda que a criação dessa comissão, nos termos em que estava a ser proposta, nem sequer espelhava a representatividade dos partidos com assento na Assembleia Municipal.

A Presidente da Mesa fez uma pergunta ao Senhor Vereador Ferreirinha “Se a comissão que está criada , é a comissão que em termos técnicos que vai poder propor alterações ao PDM ? “

O Senhor Vereador Ferreirinha referiu que “É a comissão mista de coordenação que acompanhará o procedimento de revisão do PDM , conforme a Lei e que vai dar os pareceres e reuniões de trabalho sobre eles todos”.

A comissão para a revisão do PDM de Alpiarça, publicada em Diário da República, a qual é presidida pelo representante da CCDRLVT:

A comissão integra, para além do representante da CCDRLVT, um representante das seguintes entidades: Câmara Municipal de Alpiarça, Instituto da Água, Instituto Geográfico Português, Direcção Regional de Agricultura e Ribatejo e Oeste, Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica, Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia , Rede Eléctrica Nacional, Tagusgás, Direcção Geral do Turismo, Instituto Português do Património Arquitectónico, Instituto de Estradas de Portugal, Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção Regional de Transportes Terrestres de Lisboa e Vale do Tejo, Autoridade Nacional de Comunicações, Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo – Centro de Saúde de Alpiarça, Instituto Nacional do Desporto, Direcção Geral de Infra-estruturas do Ministério da Defesa Nacional, Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações do Ministério da Administração Interna, Fundação José Relvas, Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro, Associação de Amigos da Casa Museu dos Patudos, Clube Desportivo “Os Águias”, Cooperativa Factoragro, Cooperativa Agroalpiarça, Coopvinhal-Adega Cooperativa de Alpiarça, Adega Cooperativa da Gouxá e Associação Equestre de Alpiarça - AEQUA.

O membro João Osório interveio dizendo que, agradecia o esclarecimento dado pelo Vereador Ferreirinha, não por ele, porque ele já tinha conhecimento de todo o processo, mas para toda a Assembleia .

“A proposta que a CDU faz à Assembleia Municipal é uma proposta que está subjacente aos membros políticos que somos nós eleitos na Assembleia Municipal, que representamos as várias forças políticas, para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, porque nós temos o conhecimento do dia a dia das pessoas, pois isto não é um caso inédito. Na Câmara Municipal de Almeirim na Câmara Municipal de Coruche também existe uma comissão de acompanhamento ao PDM, não vimos qualquer impedimento que as outras forças políticas eleitas no Concelho possam participar para o enriquecimento deste documento que é muito importante para o futuro do Concelho, é um documento de 10 anos. Como tal, acho que todas as forças políticas devem participar, portanto é essa a base da nossa proposta “.

O Membro Pedro Gaspar interveio dizendo que: “A argumentação do membro do João Osório é plausível e estruturada, bem conseguida e, de facto, porque não os políticos terem uma opinião mais próxima junto dos técnicos que vão de facto efectuar o nosso PDM”.

O membro Pedro Gaspar perguntou à mesa ou mesmo à bancada da CDU: “que contributo efectivo é que podemos dar a essa comissão, além da função fiscalista que terá sempre , o que me interessa no fundo saber é se vamos ter algum papel contínuo sem ser duma dupla fiscalidade , se tivermos um papel útil, eu acho muito bem. Se for só para acompanhar os trabalhos, fica à consideração de cada um, não é uma questão política, é uma questão de sensibilidade pessoal”.

A Presidente da Mesa passou à votação da constituição da comissão, a qual foi aprovada por maioria com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

O membro José João Pais votou contra “porque a Assembleia Municipal vai ter a oportunidade de se pronunciar sobre o PDM na altura devida – de aprovar ou rejeitar”.

A Presidente da Mesa passou ao Voto de Congratulação (anexo), sobre o Dr. Hermínio Duarte Paciência , o qual foi aprovado por maioria, com 14 votos a favor e 2 abstenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa chamou uma vez mais a atenção para que as intervenções no período da ordem do dia , fossem mais curtas .

Ponto número um – Apreciação da informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

O membro João Osório colocou uma questão à Senhora Presidente da Mesa “Na última Assembleia Municipal foi falado sobre a documentação que a partir de agora ia estar um documento na entrada (mesa redonda)” .

A Presidente da Mesa disse que na última Assembleia “tinha deixado um documento lá fora, mas depois vim a saber que tinha sido tirado por alguém que o levou. Pelos vistos, não se justifica que o documento esteja lá fora, porque quem quer consultar acaba por não consultar rigorosamente nada”.

O membro João Osório colocou algumas questões:

- Perguntou ao Sr. Presidente , sobre o dia 19 de Fevereiro – a reunião com a Associação Sindical dos Bombeiros Profissionais. Pretendia que o Sr Presidente lhe explicasse uma situação”, porque quando foi o aniversário do Corpo de Bombeiros Municipais no discurso do Sr. Representante da Liga de Bombeiros disse que havia um problema entre os Comandos Profissionais e os Comandos de Bombeiros” .

- Perguntou também ao Sr. Presidente sobre informação referente à situação financeira, descrita na última folha (pag.5) sobre a situação financeira da Câmara .

O Sr. Presidente da Câmara respondeu ao membro João Osório dizendo que “ A reunião com a Associação Sindical dos Bombeiros Profissionais , não foi sobre essa matéria mas sim sobre a insuficiência de meios, matéria essa que está a ser tratada pelo Governo. Deve-se definir de uma vez por todas se devem haver Bombeiros Profissionais em todos os Municípios e se deverá ser da competência das Câmaras, pois existe uma grande discrepância em termos

de tratamento por parte das entidades que dirigem esta matéria em termos de protecção civil, que é do conhecimento de toda a gente nos últimos grandes fogos de verão, quando houve uma compensação dos prejuízos, todos os bombeiros voluntários foram contemplados com subsídios por parte do Serviço Nacional de Bombeiros. Os Bombeiros Municipais não o foram, única e exclusivamente com o pretexto de que, como são Municipais não têm direito a subsídio, esta matéria acontece diariamente e por isso, foi sentido à Associação Sindical dos Bombeiros Profissionais.

Relativamente às outras questões as dívidas a fornecedores estão separadas entre o que é QCA, Contratos Programa e fornecedores.

Ponto número dois – Apreciação e votação de Prestação de Contas do ano de dois mil e seis.

Intervenção do membro João Osório que começou por fazer referência à pag.6, onde considera existir uma enorme discrepância entre o grau de execução e previsão do investimento realizado e a execução do PPI.

Referiu ainda que : “os índices de realização das funções gerais ficaram-se pelos 3,36 relativamente ao 6,90 previstos. Relativamente às funções sociais a execução foi 26,69 e não os indicados 70,50. As funções económicas são de 9.72 ficando muito aquém dos 22,40. O grau de execução geral foi de 42,77, nunca se tendo verificado antes tais índices de execução”.

Referiu também que o valor previsto inicialmente no PPI era de 5.300.000 euros, a execução foi de 2.053.436,75€. O valor realizado nas receitas próprias foi de 7.139.787,68€, sendo que 4.213.188,36€ são receitas correntes, 2.582.844,03€ são receitas de capital e as outras receitas têm o valor de 352.755,29€, verificando-se menos 2% de receita relativamente ao ano passado, tendo sido compensado pelo saldo de gerência do ano anterior. Quanto às despesas, disse que embora possam dizer que os valores que a CDU vai indicar não estão correctos, são os valores que resultam da prestação de contas que valem e não os valores alterados para o relatório de gestão, por mera engenharia financeira. Por isso, a CDU afirmou que as despesas de capital foram de 33,82% e as despesas correntes foram de 66,18%. Disse ainda que no relatório de gestão, na pág.11, queriam fazer querer que estes

valores não estavam correctos, no entanto a realidade são 2/3 de despesas correntes contra 1/3 de despesas de capital.

Quanto ao endividamento, afirmou que, as dividas à banca já se cifram em 6.472.585,00€, as dividas a fornecedores em 4.994.365,00€ incluindo um factoring no valor de 1.374.359,89€ que deveria ter sido apresentado numa sessão da Assembleia Municipal, pois não é mais do que um empréstimo encapotado. Concluiu que as dividas perfazem um total de 11.466.950,00€ e que, com esta situação a Câmara se encontra tecnicamente falida. A CDU voltou a afirmar que a Câmara está em contra ciclo e que já tinham levantado a questão o ano passado, ficou então provado este ano, que com o aumento das dividas e a diminuição do investimento para níveis do ano 2000, a CDU tinha razão no que disse no ano transacto.

Questionou ainda sobre o empréstimo que estava referenciado na conta 21. Disse que o total das dividas a curto prazo não está certo com o relatório, que as receitas a curto prazo não cobrem as despesas a curto prazo. Referiu ainda que o orçamento não pode ter sido feito em consciência, pois passados 27 dias do início do ano, foi feita a 1ª alteração orçamental. Concluiu dizendo que a CDU vai votar contra, pois está mais que provado que a Câmara está a ser mal gerida tanto nas opções de gestão como a nível financeiro. A CDU sugeriu que fosse feito um estudo rigoroso com orçamentação a médio e longo prazo, para ver onde se deve cortar nas despesas e não aumentar as receitas com carga fiscal.

O membro Paulo Espírito Santo interveio dizendo que gostara da intervenção que acabara de ouvir e especialmente no ponto em que diz “ estes são os valores e não aqueles que estão aí escritos” , a verdade dos documentos já não conta. “De modo que, esta situação catastrófica que acabamos de ouvir , não é o que se transfere nos documentos que nos foram entregues . É bom que nós tenhamos noção de que sempre foi dito que as Câmaras não fazem – comprometem-se a fazer determinadas obras e depois essas obras não aparecem, aparecem sim uma série de justificações. O PS não partilha minimamente , na intervenção do membro João Osório e como tal iremos votar favoravelmente estas Contas e este Relatório de Gestão”

O membro João de Brito interveio dizendo que “A bancada do PSD vai votar contra a Prestação de Contas do ano de dois mil e seis, pelo seguinte: foi

enviado um CD e não temos obrigação de ter que abrir um ficheiro para gastar papel, tinta e, além disso, ainda não aderiu à novas tecnologias”.

A Presidente da mesa interveio dizendo que, já começa a ser difícil “agradar a gregos e a troianos”, “não se pode estar bem com Deus e com o Diabo” uns querem novas tecnologias, os outros não querem novas tecnologias , começa a ser muito complicado , gostaria que toda a gente ficasse satisfeita, mas eu já tinha dito numa Assembleia anterior que, os documentos de grandes dimensões iriam ser distribuídos em CD, a Assembleia têm um orçamento, e eu não faço questão de o ultrapassar”.

Intervenção do membro João Osório para dizer que “o Relatório de Gestão não é feito pelos funcionários , mas sim um relatório político, feito pelo Executivo da Câmara , e queria perguntar porquê a alteração dos Índices do PPI.

A CDU fez a análise dos documentos, e pergunta o que é que foi feito em dois mil e seis pela Câmara de Alpiarça e, quais as obras que foram executadas. Digam quais as obras que começaram e que acabaram”.

A Presidente da mesa passou a palavra ao membro Fernando Ramalho, que fazendo referência às datas apontadas pelo membro João Osório (ao ano de mil novecentos e noventa e sete) ainda bem que o fez porque chamou-me à atenção para um aspecto muito importante, porque eu sou daqueles que me preocupo com o endividamento das entidades públicas e parece-me que pelos vistos a CDU também partilha da mesma opinião, no respeitante à Câmara Municipal de Alpiarça , porque respeitante ao governo parece-me que não à tanta preocupação com o endividamento do País.

A receita no ano de mil novecentos e noventa e sete da Câmara de Alpiarça foi de 3.384.728 €, o endividamento este ano foi de 4.119.936, ou seja no ano de mil novecentos e noventa e sete, a Câmara de Alpiarça não lhe chegava um ano para pagar todo o endividamento. Em dois mil e seis , ano em que a Câmara de Alpiarça está falida tem um endividamento enorme, as receitas ultrapassam quase em dois milhões de euros o endividamento verificado. Daí cada um retirará as suas consequências sobre o volume do endividamento.

A membro Anabela Costa interveio dizendo o seguinte “A grande bandeira deste executivo caiu por terra, nos fins de 1997 e nos anos seguintes

era habitual ouvir nas ruas que vinha ai muito dinheiro para Alpiarça, era então preciso votar PS “apelavam”, pois bem o PS Alpiarça é a Razão ganhou as Eleições e, o dinheiro veio. “Sei sim que, o Relatório de Gestão apresenta mais de onze milhões de euros de dívidas com as seguintes justificações” – um parque subterrâneo às moscas que muito pouca gente utiliza e como se não bastasse, mal projectado, temos uma fonte cibernética , que de cibernética não tem nada, está à vista de todos que não passa de uma rotunda com repuxos, certamente chegaram à conclusão que é muito elevado os custos da sua manutenção, mais isto não convém dizer, gastaram muito dinheiro na manutenção das piscinas exteriores e outros, gastos que certamente dariam para construir 3 ou 4 casas de habitação social , isto tudo para dizer que temos mais de quatro milhões de euros de dívidas a fornecedores, mais seis milhões de euros de dívidas a instituições de crédito médio / longo prazo, o que soma mais de onze milhões de euros de dívidas – em equipamentos que, não funcionam ou estão a funcionar a meio gás”.

Tudo isto para dizer que os Alpiarcenses estão a pagar caro o custo de voto neste executivo, que através de operações de marketing político esbanjam dinheiro que é de todos nós, na sua promoção ao invés de uma política de contenção de despesas.

“Em suma, temos uma autarquia que gere os seus recursos financeiros em tudo igual à gestão governamental, da acentuada injustiça porque opta pelo aumento dos impostos indirectos, penalizando as famílias de baixo rendimento, veja-se os aumentos da água e taxas de saneamento recentemente aprovados nesta Assembleia Municipal, para além do aumento do IMI que ronda os trezentos por cento”.

“Este não é de todo o nosso relatório de gestão, nem a nossa gestão, não seria desta forma que daríamos a conhecer aos Alpiarcenses em que estado financeiro se encontra a Autarquia e muito menos seria desta forma que geríamos os recursos existentes”.

O membro Pedro Gaspar interveio dizendo que “ foram ditas duas coisas que me parecem ser de maior relevância, o membro João Osório contrapôs com números numa maneira de caluniar este Relatório de Contas, parece-me também que o esbanjar dinheiro, não é o mais apropriado para as infra-estruturas edificantes que têm sido feitas em Alpiarça nos últimos anos, isto

não é esbanjar é investir na qualidade dos Alpiarçenses, porque uma “Vila Tranquila e Uma Vila de Qualidade”, de facto, precisa de investimentos”.

A Presidente da mesa interveio dizendo que, uma vez que foram apresentados outros números e para que depois conste na acta, agradece que a membro Anabela Costa dê cópia do documento que leu e o membro João Osório, também.

O membro João Osório não deu o documento e disse que “ o que eu disse está tudo no PPI”.

A membro Anabela Costa disse que “ o que leu está rasurado, mas o que fez é uma intervenção política”.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu várias questões:

- Esclareceu o membro João Osório que, “O investimento em dois mil e seis baixou relativamente a dois mil e cinco, será que baixou Sr. João Osório? E comparando com a Câmara que os Senhores nos entregaram, de facto em dois mil e seis só cresceu 3,307 %, não conseguimos crescer os 3, 361%, mas por uma razão simples é que estamos no final do Quadro Comunitário de Apoio e, como é do seu conhecimento a Câmara Municipal de Alpiarça têm neste momento uma taxa de execução superior a 100%, muito diferente daquela que encontramos no vosso tempo, com quatro anos e meio do II QCA, que era de 28%, nós num ano e meio atingimos 110%. Em relação à Câmara que nos entregaram nós só crescemos 307%” .

- Comentou alguns dados que estão no Relatório de dois mil e seis e, para que as pessoas percebam também alguns números. Nas funções gerais os dois principais esforços financeiros foram para, este novo edifício e para as instalações da Zona Industrial e nas funções sociais gastámos 650 mil euros em ensino, gastámos em ordenamento 594 mil euros, gastámos em saneamento 200 mil euros (para substituição de condutas) em valorização ambiental gastámos 614 mil euros em cultura 879 mil euros e nas funções económicas só na Zona industrial foram, 492 mil euros .

- Esclareceu ainda que “gastámos só em dois mil e seis com o Corpo de Bombeiros, mais de 300 mil euros, convém que a população de Alpiarça saiba disto”.

- Relativamente às receitas e às despesas, 20% da receita corrente foi afectado a despesas de capital e em termos de receitas próprias o valor mais elevado de sempre.

- Informou que, “Em dois mil e seis a Câmara Municipal atingiu com receitas próprias 44 % do total da receita, ou seja quando se fala numa Nova Lei de Finanças Locais que está em vigor, uma Lei que abre um caminho para diminuir a dependência das transferências do Orçamento do Estado, é evidente e como não há milagres, se a tendência é essa os Municípios têm que criar gradualmente capacidade de gerar receitas próprias, foi o valor mais alto de sempre 44% das receitas, foram receitas próprias, representou isto relativamente a 1998 um aumento de 135%, se quiser saber relativamente ao ano de dois mil e cinco foi de 48%”.

- Convém as pessoas terem a noção que, gastámos 190.419 mil euros em apoio escolar.

- Gostaria ainda de referir que “Os funcionários da autarquia em dois mil e seis cumpriram 669 dias de formação” .

- Em termos de movimento dos nossos autocarros totalizaram o ano passado 59.073 Kms.

- Uma outra precisão, para dar resposta ao Senhor João Osório “ falou num contrato de factoring”, não há nenhum contrato de factoring, mas sim um contrato de confirming, são coisas completamente diferentes”.

- Referiu também que só do III QCA , investimos 47 milhões de euros,

- Referiu também alguns casos “onde dizem que esbanjamos dinheiro”:
“Centro Cívico (onde tivemos que adquirir propriedades) Complexo dos Patudos (campos de ténis, balneários, zona desportiva, zona ambiental), recinto de Exposições , largo das tasquinhas, Escola das Faias – Jardim Infantil, instalações Municipais da Zona Industrial, infra-estruturas da Zona Industrial, Centro de Recursos da Escola EB1 de Alpiarça, Pavilhão Desportivo / Escola Secundária, Piscinas Municipais, caminhos pedonais, Novo edifício da Câmara, Estádio Municipal, Nave Desportiva, Nova Biblioteca Municipal - e vamos continuar a esbanjar mais dinheiro num futuro próximo, na Casa dos Patudos, que nos deixaram numa posição brilhantíssima.”

A Presidente da Mesa passou à votação, da Prestação de Contas do ano de dois mil e seis, sendo a mesma aprovada com voto de qualidade da Presidente.

O membro João Osório apresentou declaração de voto, dizendo que o Sr. Presidente fez algumas considerações que nós temos que codificar - nós votámos contra a Prestação de Contas, porque o Sr. Presidente tentou fazer comparações e não se podem fazer comparações”.

Ponto número três – Apreciação do Relatório Anual de 2006, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alpiarça.

Intervenção da membro Inês Aguiar que perguntou porque razão o relatório não foi entregue a todos os membros da Assembleia.

A Senhora Presidente da Assembleia explicou que só foram enviadas, à Assembleia Municipal, cinco cópias do referido relatório, mas informou que para o ano irá pedir que seja entregue em suporte digital.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro referindo-se a um assunto da pág.3, motivos de intervenção. Falou sobre o abandono escolar que é um dos motivos de intervenção da comissão, pois acha que devem ser conjugados esforços, quer da parte da Autarquia, quer das Escolas, quer dos pais, para que as nossas crianças consigam pelo menos terminar o ensino obrigatório. informou que na escola, existe um gabinete de apoio ao aluno.

Intervenção da Presidente da mesa realçando que as actividades desenvolvidas junto da comunidade (ponto 3.2.5) foram só duas e que lhe parece desejável, que no futuro próximo este número seja aumentado. Referiu ainda que o número de horas de participação dos membros da Assembleia Municipal nas reuniões da CPCJ aumentou em relação ao ano anterior. Informou que existem 71 horas semanais dedicadas à comissão restrita, logo é de aplaudir o esforço feito por esta comissão, pois embora determinados elementos lá estejam com horas distribuídas pelas suas entidades patronais, que não é o caso da representante da Assembleia Municipal, no entanto disponibiliza cinco horas do seu descanso semanal para participar na referida comissão. Fez ainda referência ao ponto 5 – volume processual, concretamente ao número de jovens instaurados que é de 27, o que lhe parece elevado, no entanto só foi reaberto um processo, desse ponto de vista melhorou em relação ao ano passado. Falou também sobre o ponto 7 –

aspectos gerais do funcionamento e organização da CPCJ, dizendo que em relação ao apoio logístico está tudo relativamente bem, deverá vir a existir uma base de dados para gestão de processos e uma página electrónica à qual se possa aceder para obter informação.

Intervenção do membro Fernando Ramalho tecendo alguns comentários sobre o relatório da CPCJ. A bancada do PS saudou todos os técnicos da CPCJ, enaltecendo aqueles que prestam a sua colaboração abdicando dos seus tempos livres, verificaram com agrado que o número de casos não aumentou e fizeram votos que a tendência seja decrescente. Referiu que também verificaram que a referida comissão está dotada dos meios logísticos, equipamentos informáticos e de comunicação suficientes. Agradou-lhes também verificar a forma preocupada como esta comissão se projecta para o exterior, dando-se a conhecer e desejaram a continuação de bom trabalho, renovando o elogio aos membros quer da comissão restrita quer da comissão alargada. Colocaram-se à disposição da comissão para com ela colaborar.

A Senhora Presidente da mesa deu assim por concluída a apreciação do relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Alpiarça.

Ponto número quatro – Apreciação e votação de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Alpiarça – artigo 26.

A Senhora Presidente da mesa esclarece que no passado dia 16 de Abril, foi-lhe enviado um parecer do Senhor Provedor de Justiça, relativamente ao qual apresentou uma proposta (anexa moção nº 2).

Intervenção do membro Fernando Ramalho, dizendo que em seu entendimento o regimento aprovado pela Assembleia Municipal de Alpiarça não viola qualquer procedimento constitucional ou legal, no entanto as opiniões técnicas do Senhor Provedor são de respeitar, sendo assim e uma vez que a ANMP, órgão que tecnicamente também merece toda a consideração, segundo o que a Senhora Presidente acabou de transmitir emitiu um parecer que não vai no mesmo sentido do parecer do Senhor Provedor. Concluiu então que este ponto da ordem de trabalhos deveria ficar suspenso até à próxima sessão da Assembleia Municipal.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho que perguntou qual era o parecer da Associação de Municípios Portugueses.

A Senhora Presidente da mesa informou que o parecer era contrário ao parecer do Provedor de Justiça, no entanto achava deselegante divulgar o seu conteúdo antes da audiência que irá ter com o Senhor Provedor.

O membro José Miguel Carvalho referiu que o que não é elegante é não divulgar aos membros da Assembleia Municipal o conteúdo do parecer da ANMP. Disse que sobre esta questão já se perdeu muito tempo, numa tentativa de tapar o sol com a peneira e evitar que as pessoas expressem as suas opiniões e levantem as questões calmamente e sem constrangimentos, que era o que se fazia anteriormente e é o que se faz em todas ou na maioria das Assembleias Municipais, não há necessidade de alimentar estas crispações que só têm criado mau ambiente. Referiu ainda que o parecer do Senhor Provedor de Justiça aponta no sentido de promover a participação pública nas sessões da Assembleia. Pensa que a Presidente da mesa, em vez de pedir parecer à ANMP deveria ter dado andamento ao proposto pelo Provedor de Justiça, arrumando esta questão de uma vez por todas.

A Presidente da mesa informou que sempre que existem dúvidas sobre alguma matéria é procedimento habitual pedir parecer à ANMP. Esclareceu também que o parecer do Senhor Provedor de Justiça merece-lhe muito respeito, mas não é vinculativo, ou seja não é lei. Lamentou também que achou deselegante, que antes da sessão da Assembleia, este assunto já tenha sido discutido na praça pública, pois o teor do parecer do Senhor Provedor só era do conhecimento dos membros da Assembleia Municipal.

Intervenção da membro Inês Aguiar dizendo que a bancada da CDU desde inicio que se mostrou indignada, com a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. Como tal, fez uma comunicação ao Provedor de Justiça a denunciar esta situação, à qual o Senhor Provedor emitiu agora parecer. A membro leu extractos do referido parecer.

Intervenção do membro João de Brito dizendo que depois do parecer do Senhor Provedor de Justiça deveria restabelecer-se a verdade dos factos e uma verdadeira democracia dentro da Assembleia Municipal. Disse que pensava que se iria restabelecer o regimento, tal como o Senhor Provedor propunha no parecer emitido. Disse ainda, que lhe parecia descabido que o

público só pudesse falar sobre assuntos constantes da ordem de trabalhos e que a Senhora Presidente da mesa se tinha esquecido de trazer um saca-rolhas para a sessão.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo dizendo que concorda que a Senhora Presidente tenha solicitado um parecer à ANMP. Referiu que o público ao colocar questões que não sejam da competência da Assembleia Municipal, intervém e fica por isso mesmo enquanto que se colocarem esses assuntos nas reuniões de Câmara públicas aí sim, podem obter respostas às suas preocupações. No entanto o público pode fazer chegar qualquer assunto à mesa da Assembleia e pedir o seu agendamento para uma sessão.

Referiu que o parecer do Senhor Provedor de Justiça vai num sentido mas nunca diz que estamos a incorrer numa ilegalidade porque segundo o regime jurídico português o que não se pode fazer é o que é proibido, a própria lei diz que compete à Assembleia determinar os termos da intervenção do público. Disse ainda, que segundo o que a Senhora Presidente tinha informado, o parecer da ANMP tem uma posição semelhante à da bancada do PS, logo não via inconveniente nenhum em que este ponto voltasse à discussão na próxima sessão da Assembleia Municipal, depois de ouvido o Senhor Provedor em relação ao parecer da ANMP.

Intervenção do membro João Osório dizendo que se admira que no dia a seguir ao 25 de Abril se fale de Democracia, como tem ouvido pois liberdade é quando fazemos o que queremos e não aquilo que querem que façamos. Pois temos o parecer do Provedor de Justiça, que é isento e independente, que diz que tem de se cumprir a constituição, nomeadamente o decreto-lei que define esta situação, e temos um parecer da ANMP, uma instituição que não é independente, é uma associação dos municípios que dá pareceres aos próprios municípios, logo não é isenta, que diz o contrário. Apresentou uma proposta (anexa moção nº 3).

Intervenção do membro Pedro Gaspar que discordou com a noção de liberdade apresentada pelo membro João Osório, pois liberdade não quando fazemos o que queremos. Será quando fazemos o que queremos dentro do enquadramento legal, pois a nossa liberdade termina quando começa a liberdade dos outros, somos de facto livres mas vivemos numa sociedade com regras. Foi no pressuposto que cumprimos essas regras que propusemos a

alteração ao regimento. Defendeu a noção de elegância da Senhora Presidente da mesa, pois o facto de não divulgar o parecer da ANMP antes da audiência com o Senhor Provedor mostra bem o respeito que tem para com tal individualidade. Disse ainda que era também um sinal de elegância passar esta matéria para a próxima sessão da Assembleia, pois as posições são irreduzíveis, logo seria deselegante obrigar a votar sobre esta matéria, na próxima sessão iremos discutir este assunto já com outros pareceres.

A membro Vitória de Brito interrompeu dizendo que é da Constituição, e que se o parecer do Senhor Provedor não tivesse sido neste sentido, não estariam a discutir esta matéria.

O membro Pedro Gaspar terminou dizendo que o Partido Socialista está aberto a mudar a sua opinião, reflectindo um pouco mais após a audiência com o Senhor Provedor que em princípio será conclusiva em termos técnico-jurídicos.

A Presidente da mesa interveio dizendo que colocou o ponto na ordem de trabalhos pois entendeu que tinha que dar conhecimento à Assembleia do parecer do Senhor Provedor de Justiça, no entanto havendo outro parecer que não é coincidente terá que falar com quem de direito para perceber de uma vez por todas qual deverá ser a sua postura, para que cada um possa decidir em consciência.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho lendo de novo a proposta de alteração ao artº 26 do Regimento apresentada pela bancada da CDU, dizendo que se trata de uma questão de senso comum, temos um parecer de elevado peso, embora possamos discordar dele, mas é plausível e evidente que é correcto. Propôs que se vote este ponto.

Intervenção da membro Anabela Costa dizendo que está cada vez mais indignada com esta situação, pois para ela não seria necessário parecer de órgão nenhum, este assunto poderia ser resolvido na Assembleia. Disse ainda estar indignada, porque ouviu na sessão comemorativa do 25 de Abril um discurso da bancada do Partido Socialista, em que agradeciam ao povo de Alpiarça por ter lutado antes do 25 de Abril, pela liberdade de expressão, e depois verificam-se estas atitudes.

Intervenção da membro Inês Aguiar lendo de novo alguns aspectos do parecer do Provedor de Justiça e realçando que a bancada do PS está a por

em causa o parecer do Provedor de Justiça e que deveriam ter vergonha de algum dia terem proposto a alteração ao Regimento. Propõe que se vote e, que se dê conhecimento da votação ao Senhor Provedor.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro dizendo que se sentia incomodado por estar a discutir este ponto, pois não há nada na lei que impeça as pessoas de falarem nas sessões da Assembleia Municipal sobre os assuntos que digam respeito ao Município. Disse que esperava que não fossem necessários mais dois anos e meio para que o povo de Alpiarça voltasse a poder intervir livremente nas sessões da Assembleia Municipal.

Intervenção do membro Fernando Ramalho dizendo que a lei não diz que as pessoas podem falar livremente nas sessões da Assembleia, mas sim que podem pedir esclarecimentos. Por outro lado lembrou que o Provedor de Justiça não é uma entidade infalível, é um jurista de reconhecido mérito, logo trata-se de uma opinião jurídica merecedora de respeito, provavelmente outros juristas terão outras opiniões, só a palavra dos tribunais nos obrigaria a mudar de atitude. Concluiu dizendo que em sua opinião a norma é constitucional e legal, não viola nenhum preceito, disse acreditar na bondade da norma, porque pedir esclarecimentos não é o mesmo do que intervir na Assembleia, pois o público pode intervir por escrito sobre quaisquer assuntos e se os mesmos forem relevantes serão agendados na ordem de trabalhos, o público pode também intervir nos órgãos do executivo, no entanto referiu que se chegar à conclusão que os argumentos da tese contrária tem alguma relevância, não lhe custará alterar a sua posição.

Intervenção da membro Vitória de Brito dizendo que se deveria passar à votação e dar conhecimento da mesma ao Senhor Provedor de Justiça.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo lembrando que o Senhor Provedor de Justiça não é infalível, logo prefere esperar pela audiência e só depois voltar a pronunciar-se sobre esta matéria e votar em consciência.

O membro João de Brito interveio de novo dizendo que em sua opinião o parecer do Provedor de Justiça é muito mais credível do que o da Associação de Municípios. Disse ainda que o que fizeram à população de Alpiarça foi injusto e anti-democrático e que a bancada do PS deveria votar favoravelmente a modificação do artº 26 – nº 2 e pedir desculpas ao povo de Alpiarça.

A Presidente da mesa informou que tinha duas propostas na mesa que iria colocar à votação. Explicou ainda que teria sido muito mais fácil passar de imediato à votação e não ter apresentado qualquer proposta, no entanto depois de ter tido outro parecer e, por mais que a CDU e o PSD digam que o mesmo não é isento, entendeu fazer a proposta e pedir a suspensão temporária do ponto.

O membro João Osório voltou a intervir para dizer que os membros da bancada do PS não estão preocupados com a lei mas sim com o facto de não se alterar o que está presentemente no artº 26 - nº 2, pois se concordassem com a democracia dentro da Assembleia bastava o parecer do Provedor de Justiça. Concluiu dizendo que a questão subjacente é tentar impedir que as pessoas falem nas sessões da Assembleia Municipal.

A Presidente da mesa colocou à votação a proposta nº 1, apresentada por si, (anexa). Esta proposta não passou, pois precisava de dois terços para ser aprovada, logo não vai haver suspensão do ponto.

A Presidente da mesa colocou de seguida à votação a proposta nº 2, apresentada pela bancada da CDU. Esta proposta foi rejeitada com voto qualidade da Presidente, que se comprometeu que assim que tenha alguma conclusão da audiência com o Senhor Provedor de Justiça convocará uma sessão extraordinária para discussão deste ponto.

A membro Inês de Aguiar fez declaração de voto, dizendo que acha incrível que a Presidente da Assembleia Municipal inclua um ponto na ordem de trabalhos, com base no parecer do Provedor de Justiça e que depois altere esta situação com base num parecer do qual os membros da Assembleia não têm conhecimento. Disse ainda que ninguém presente na Assembleia tinha competência para por em causa o parecer do Provedor de Justiça, que diz claramente que esta restrição está a violar o princípio da legalidade. Referiu que não lhe parecia normal que esta situação fosse alterada com base num parecer que só a Senhora Presidente da mesa conhecia, no entanto disse que não sabia se a Senhora Presidente da mesa por uma questão de simpatia teria mostrado aos colegas de bancada.

A Presidente da mesa respondeu que a membro Inês Aguiar estava a interpretar a questão, talvez da forma como fosse a sua actuação em situações

idênticas. Informou que só ela e os dois secretários da mesa conheciam o parecer da ANMP.

A membro Inês Aguiar interrompeu para dizer que os membros da bancada do PS votaram com base nesse parecer.

A Presidente da mesa explicou que os membros da sua bancada votaram com base naquilo que ela própria transmitiu.

A membro Inês Aguiar voltou a interromper para dizer que se deveria dar conhecimento ao Senhor Provedor da votação obtida pelas duas propostas apresentadas.

A Presidente da mesa esclareceu que essa informação chegaria no dia seguinte ao Senhor Provedor, aquando da audiência.

A Membro Inês Aguiar referiu que seria bom, a Senhora Presidente da Assembleia, não se esquecer de dizer que a proposta apresentada pela CDU foi rejeitada com voto de qualidade da Presidente da mesa.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Houve um pedido de intervenção de um munícipe, como o assunto não dizia respeito a nenhum ponto da ordem de trabalhos, foi encaminhado para a reunião de Câmara do dia seguinte, dia 27 de Abril de 2007, que seria pública e onde o munícipe poderia colocar a questão e obter as respostas adequadas.

Nada mais havendo a tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão da qual se redigiu a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____

